

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR : MIRIAM FECCHIO CHUEIRI

DIREITO DE RESPOSTA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Análise da Lei nº 13.188/2015



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolína de Albuquerque Araújo Martinc e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Daniele Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gaoriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrieli N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gomes Junior, Luiz Manoel
Direito de resposta e liberdade de expressão / Luiz Manoel Gomes Junior,
Miriam Fecchio Chueiri. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson
Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0869-0

1. Brasil - Leis e legislação 2. Direito de resposta 3. Direito de resposta - Brasil
4. Direitos fundamentais - Brasil 5. Liberdade de expressão - Brasil I. Chueiri,
Miriam Fecchio. II. Título.

22-120834

CDU-342 727(81)

Índices para catálogo sistemático : 1. Brasil : Leis : Imprensa : Direito 34:070(81)(094.56)
2. Lei de imprensa : Brasil : Direito 34:070(81)(094.56)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
NOTA DOS AUTORES	11
TÍTULO I	
DIREITO DE RESPOSTA: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E GERAIS	
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 2. ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DE RESPOSTA	27
1. Legitimidade para o exercício do direito de resposta	27
2. Legitimidade ativa e passiva	29
3. Amplitude do direito de resposta	32
4. Prazo e forma para o exercício do direito de resposta	36
5. Ausência de prejudicialidade entre o direito de resposta e o pedido de indenização por danos morais ou ação de natureza penal	41
CAPÍTULO 3. ALGUNS OUTROS ASPECTOS PROCESSUAIS E LEGAIS DO DIREITO DE RESPOSTA	47
1. A forma de ser exercido o direito de resposta	47
2. O custo com a veiculação da resposta – Direito de regresso	52
3. Perda do direito de regresso – Imposição de multa	55
4. Possibilidade de ampliação dos limites para o exercício do direito de resposta.....	56
5. Da réplica da empresa de comunicação	56
6. Prazo para a publicação da resposta	57
CAPÍTULO 4. O PROCESSAMENTO JUDICIAL DO DIREITO DE RESPOSTA	59
1. Do pedido de resposta – Procedimento – Ausência de contestação e produção de provas	59
2. Imposição de multa	67
3. Do cabimento da condenação em honorários	69
4. Do recurso cabível e seus efeitos	71
5. Da recusa ou demora na publicação	73
6. Da resposta veiculada de forma irregular	74
7. Momento da execução da multa	74
CAPÍTULO 5. FUNDAMENTOS QUE JUSTIFICAM O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA	81
1. Limitações ao exercício do direito de resposta	81
2. Ausência de relação entre o teor da resposta e os fatos anteriormente publicados.....	82

3. Quando a resposta contiver expressões caluniosas, difamatórias ou injuriosas....	83
4. Vinculação com atos ou publicações oficiais	85
5. Envolvimento de terceiros.....	89
6. Críticas literária, teatral, artística, científica ou desportiva.....	89
CAPÍTULO 6. DIREITO DE RESPOSTA – REPARAÇÃO CIVIL – VEICULAÇÃO EM OUTROS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	93
CAPÍTULO 7. ACOLHIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO (DIREITO DE RESPOSTA) E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL E MATERIAL.....	95
1. Efeitos da reforma da decisão	95
2. Da utilização da ação executiva e da necessidade de liquidação e suas espécies....	97
3. Do autor beneficiário da assistência judiciária	100
4. Valor a ser exigido.....	102

TÍTULO II EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

CAPÍTULO I. ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE IMPRENSA QUE CARACTERIZAM REGULAR EXERCÍCIO DE DIREITO – O PROBLEMA DA VERDADE E DA CRÍTICA.....	103
1. O abuso de direito e o exercício do direito de crítica – Limites para a atuação dos órgãos de imprensa – Exercício regular de um direito.....	103
2. A opinião desfavorável da crítica literária, artística, científica ou desportiva, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar.....	111
3. O problema da crítica ao homem público – Político.....	113
4. A reprodução, integral ou resumida, desde que não constitua matéria reservada ou sigilosa, de relatórios, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas Legislativas.....	121
5. Noticiar ou comentar, resumida ou amplamente, projetos e atos do Poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito.....	123
6. A reprodução integral, parcial ou abreviada, a notícia, crônica ou resenha dos debates escritos ou orais, perante juízes e tribunais, bem como a divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por autoridades judiciais – O segredo de justiça	123
6.1. O segredo de justiça no Código de Processo Civil.....	125
6.2. Existência de interesse público.....	126
6.3. Processos vinculados ao direito de família.....	132
6.4. Processos que contenham dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade – art. 189, inciso III	134
6.5. Processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral – art. 189, inciso IV.....	134
6.6. Acesso de terceiros aos dados de processo que tramita sob Segredo de Justiça – art. 189, §§ 1º e 2º.....	136
6.7. Veiculação de atos e decisões judiciais – Segredo de justiça e dever de indenizar	138
7. A divulgação de articulados, quotas ou alegações produzidas em juízo pelas partes ou seus procuradores.....	141

8. A divulgação, a discussão e a crítica de atos e decisões do Poder Executivo e seus agentes, desde que não se trate de matéria de natureza reservada ou sigilosa.....	142
9. A crítica às leis e a demonstração de sua inconveniência ou inoportunidade.....	145
10. A crítica inspirada pelo interesse público.....	145
11. A exposição de doutrina ou ideia.....	146
12. Reprodução ou noticiário que contenha injúria, calúnia ou difamação.....	147
CAPÍTULO 2. ESCRITO SEM AUTORIA CERTA OU DETERMINADA – DISCURSOS DE ÓDIO E <i>FAKE NEWS</i>.....	148
1. Matéria divulgada sem autoria certa.....	148
2. Seções especializadas.....	150
3. Emissões de radiodifusão.....	152
4. Possibilidade de indicação do autor.....	152
5. Liberdade de expressão e o discurso de ódio.....	152
6. Responsabilidade pela divulgação de <i>fake news</i>	156
7. A utilização de afirmativas verdadeiras com a intenção de ofender.....	159
CAPÍTULO 3. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES EM JUÍZO.....	161
1. O pedido de explicações.....	161
2. Da competência.....	164
3. Legitimidade ativa e passiva.....	165
4. Pedido de explicações coletivo.....	166
5. Prazo para as explicações.....	168
6. Explicações insatisfatórias.....	168
7. A publicação das explicações.....	173
8. Recurso e sucumbência.....	173
BIBLIOGRAFIA.....	175